

OS PLURILINGUISMOS DE TIMOR-LESTE

Lúcia Vidal Soares

Resumo: Ao abordarmos a problemática das *Línguas e Cultura na Textura da Nação Timorense*, pareceu-nos pertinente estabelecer um percurso do contacto linguístico entre timorenses e outros povos, relacionando esse contacto com a construção das suas identidades plurilingues. Fundamentámos esta nossa opção no facto de as línguas não expressarem apenas essas identidades, mas também de as construírem, sendo, enquanto símbolos identitários, portadoras de conteúdo cultural (Dorian, 1999). Situando-nos no contexto de Timor-Leste, onde o multilinguismo contribuiu para as lutas entre reinos, tendo sido aproveitado pelos portugueses, durante o período colonial, para dividir o povo timorense, o que conduziu ao fracasso das lutas pela independência. Já numa época mais recente, o povo timorense suplantou as suas divergências, face à necessidade de “unificar o combate” contra o invasor indonésio (Mattoso, 2012), adquirindo, assim, o tétum uma função de coesão social, de unidade nacional e identitária, entre outras. E que funções desempenham as restantes línguas endógenas e exógenas? E de que modo contribuem as línguas para a construção dessas identidades múltiplas? São estes, sumariamente, os propósitos que conduzirão a nossa reflexão neste texto.

Referências:

Dorian, N.C. (1999). Linguistic and ethnographic fieldwork. In J. A. Fishman (ed.), *Handbook of Language and Ethnic Identity*. New York, Oxford: Oxford University Press (pp. 25-41).

Mattoso, J. (2012), *A Dignidade, Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Temas e Debates.

Na exígua metade de uma ilha, nos confins da Ásia, a Nação do Milénio é um mosaico de povos e de línguas, unidos por tradições seculares e mitos ancestrais. Timor é, também um sonho coletivo onde a geologia faz a síntese entre cultura e território, Estado e recursos, esperança e memória. Bem-vindos à montanha mágica.

Pedro Rosa Mendes (2012, p. 114)

INTRODUÇÃO

Ao abordarmos a problemática das *Línguas e Cultura na Textura da Nação Timorense*, pareceu-nos pertinente estabelecer um percurso do contacto linguístico entre timorenses e outros povos, relacionando esse contacto com a construção de identidade(s) plurilingue(s) dos timorenses, tal como referimos em epígrafe.

Assim, começemos por situar Timor-Leste e descrever a sua paisagem sociolinguística de forma a contextualizar-nos sobre aquele espaço multilingue para a construção do qual contribuíram diversos acontecimentos histórico-políticos.

1. CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO TIMORENSE

Devido, em parte, ao impacto de diferentes colonizações, a portuguesa e a holandesa, a ilha de Timor está dividida em dois territórios. Um, atualmente pertencente à República Democrática de Timor-Leste (RDTL), de novo independente¹, desde 20 de maio de 2002, depois de cerca de quatro séculos sob o domínio português e de 24 anos sob o jugo indonésio, tendo-se tornado o primeiro Estado do terceiro milénio e outro (Timor ocidental) pertencendo, desde 1945, à Indonésia, antiga colónia holandesa, sob a designação de Nusa Tenggara Timur, cuja capital é Kupang (ver figura 1).

O naturalista inglês Alfred Russel Wallace, coautor da teoria da evolução das espécies de Darwin, afirmava nos anos 60 do séc. XIX, que “l’île de Timor se trouvait au carrefour des mondes asiatique et mélanésien, tant d’un point de vue zoologique que botanique” (Durand, 2011, p. 17). Esta situação geográfica vai permitir, segundo a mesma fonte, «la formation d’une zone tampon où se sont mêlées des espèces issues d’Asie et du Pacifique” (ibidem). O seu clima de monções, com uma longa estação seca, possibilitou a proliferação de uma vegetação densa e original, destacando-se as florestas de sândalo, que foram desaparecendo, a partir do séc. XVIII.

¹ A FRETILIN declarou unilateralmente a independência a 28 de novembro de 1975, no intuito de evitar a ocupação do território pela Indonésia.



Fig. 1. Situação geográfica de Timor (Fonte: Atlas de Timor-Leste, 2002, p.75)

Ora, à semelhança das espécies naturais, também o Homem se miscigenou naquele espaço, tendo a sua deambulação propiciado a aparecimento de várias línguas. Para a caracterização deste multilinguismo timorense, a questão da datação dos vestígios humanos na ilha, que tem sido variada, revela-se de grande importância. Sendo o contexto sociolinguístico constituído por duas grandes famílias linguísticas, as línguas papuas (ou papuásicas) e as línguas austronésias/austronésicas (“timóricas”² ou malaio-polinésicas) (ver figura 2), têm-se levantado várias hipóteses quanto ao seu povoamento, no intuito de encontrar resposta que justifique essa diversidade.

Tendo em conta que as soluções encontradas variam em função dos autores, seguiremos aqui a proposta “conciliadora” de Durand (2011) que afirma existirem provas, deixadas pelas primeiras vagas migratórias, de que o povoamento terá sido feito por populações de origem melanésica ou papua, linguisticamente aparentadas com as populações da Nova Guiné. O mesmo autor escreve na sua *História de Timor-Leste* (2010):

² Cf. Hull, 2000.

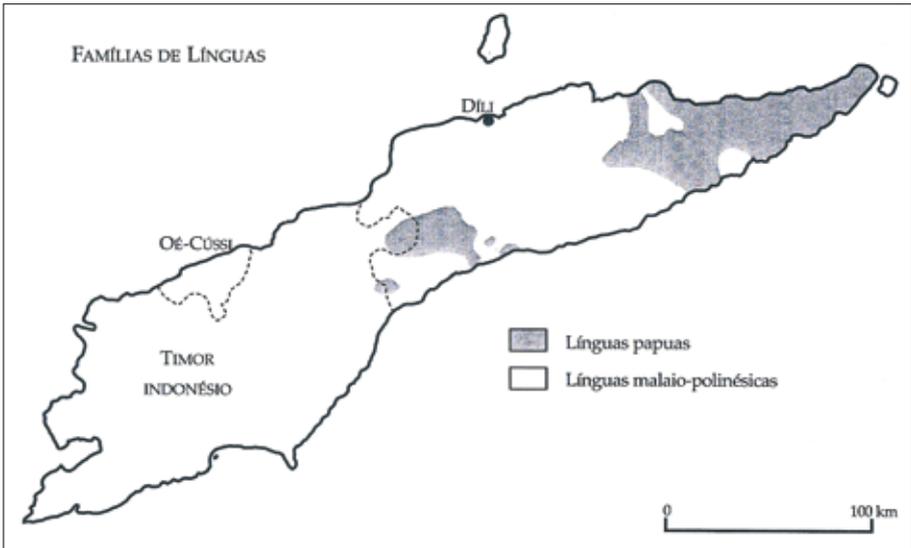


Fig. 2. Famílias linguísticas de Timor-Leste. (Fonte: Thomaz, 2002, p.47)

os arqueólogos admitem que o povoamento de Timor pode remontar a entre 50 000 e 60 000 anos, época em que os Homo Sapiens atravessaram o arquipélago da Insulíndia para passarem da Ásia à Austrália. Ao longo dos tempos, as misturas e os cruzamentos certamente alteraram as heranças genéticas e as línguas faladas, contudo persiste um parentesco linguístico entre as línguas melanésicas ou papuas de Timor (Búnague, [Bunaque], Fataluco, Macassai, Macalero, Maku'a) com a da região de Berau na parte ocidental da Nova Guiné (p.24).

Por outro lado, a ilha conheceu a influência de outros fluxos migratórios de populações de origem austronésia ou malaio-polinésica vindas da Ásia, através da ilha da Formosa (atual Taiwan), que trouxeram as línguas de origem austronésia ao território (tétum, mambai, galóli, baiqueno, tocodede, lacalei, idaté, quemaque, cairui, nauéti, uaimá e wetarês³), assim como alterações às práticas culturais agrícolas, introduzindo animais domésticos e a técnica da olaria, a difusão do arroz, cereal que só adquiriu maior visibilidade no séc. XIX (Cf. Durand, 2011, 2010; Thomaz, 2002; *Atlas Timor-Leste*, 2002), o que demonstra o vigor da influência austronésia que terá provocado

³ “Wetarês” esta designação inclui as línguas da ilha de Ataúro: *raklungo*, *resuk* e *rabesuk*.

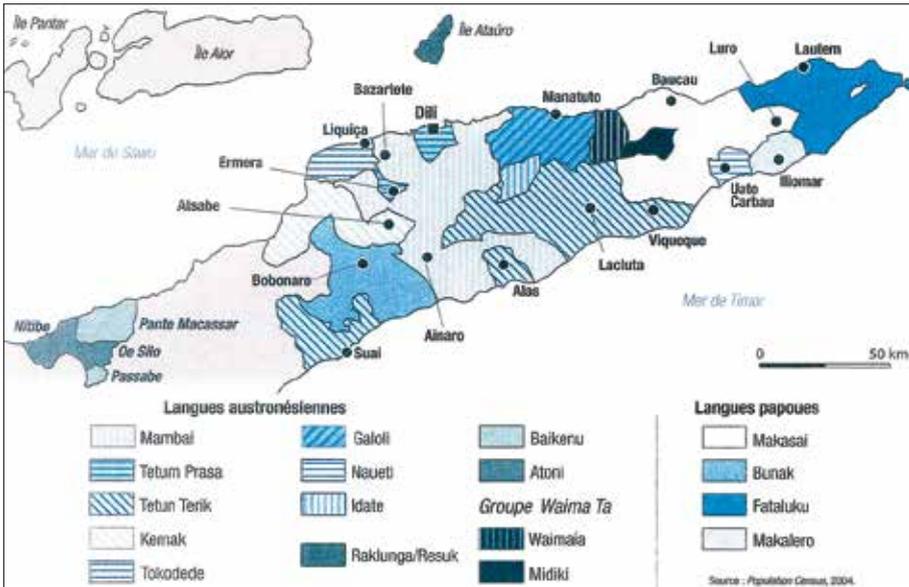


Fig. 3. Principais línguas nacionais de Timor-Leste (Fonte: Durand, 2011, p. 18).

a desagregação das civilizações preexistentes (Thomaz, 2002). Timor-Leste possui atualmente, de acordo com Hull (2002), 16 línguas, quatro de origem papua e 12 de origem austronésica (ver figura 3). Assim, se poderá explicar o multilinguismo no que diz respeito às línguas autóctones de Timor-Leste.

Tal como anteriormente referimos, o sândalo das florestas timorenses era um produto demasiado atrativo, pelo que vários povos se deslocavam à orla marítima desta ilha à sua procura. Sabemos que os chineses já o faziam, no séc. XIII, para fabricar incenso e objetos de madeiras odoríferas, mas também que os barcos de Java e do Golfo Pérsico visitavam aquelas paragens, sobretudo, a parte ocidental da ilha, o que indicia a presença muçulmana⁴ naquela zona, não deixando, contudo, marcas desse contacto. Não é o caso da civilização indiana que parece ter deixado vestígios em motivos arquitetónicos, na

⁴ Albuquerque refere haver registos em Timor que, no séc. XVII, “muçulmanos do reino de Macassar povoaram uma região de Manatuto, e alguns timorenses converteram-se ao islamismo, e lutaram contra os portugueses ao lado dos árabes” (2009, p. 87).

literatura oral e nas danças na zona de Suai (Cf. Thomaz, 2002, p. 78). No que respeita à influência malaia, ela vem, sobretudo, da parte ocidental da ilha, mas também pela via do comércio com mercadores de Java, Macassar e das Molucas (Hull, 2000).

Assim, outras línguas foram sendo introduzidas fruto de dinâmicas históricas e linguísticas e outras no âmbito da globalização. Foi o que aconteceu com o português. A partir do início do séc. XVI, foram-se estabelecendo os primeiros contactos linguísticos e culturais entre portugueses e timorenses, através de comerciantes portugueses de cera, sândalo, mel e, eventualmente, de escravos (Loureiro, 2001), instalados no Oriente e, mais tarde, através da Igreja Católica (Cf. Durand, 2011; Thomaz, 2002). Em 1550, competia aos padres dominicanos, instalados na vizinha ilha de Solor, supervisionar o comércio do sândalo com os chefes locais. Estes clérigos acabaram por se instalar em Timor, em 1562⁵. Portanto, desde o séc. XVI que a colonização⁶ e os contactos linguísticos se foram fazendo por via do comércio e da missão da Igreja Católica. Em 1702 e a pedido do clero, receoso que estava com a presença dos calvinistas holandeses na ilha, chega, a Lifau, o primeiro Governador, António Coelho Guerreiro e com ele a presença simbólica do poder político português. Tendo procedido a uma estruturação político-militar, “atribuindo aos régulos e chefes timorenses patentes oficiais do exército português” (Thomaz, 2002, p.137), a nova organização produziu efeitos ao nível da língua, tornando-a língua da administração. Até 1974, o português permaneceu no território como “língua clerical⁷, administrativa e de cultura” (Brito, 2010, p. 183), incluindo, nesta última designação, o estatuto

⁵ Quando os portugueses chegaram “Timor dividia-se em cerca de 60 pequenos reinos reunidos em duas confederações, a dos Belos, a leste, e as dos Baiquenos, a oeste” (in *Atlas de Timor Leste*, 2002, p. 36).

⁶ Existem opiniões que consideram que Timor só foi efetivamente colonizado na 2ª metade do séc. XIX, com o Governo de Celestino da Silva (1894-1908) (Cf. *Atlas de Timor Leste*, 2002), ou seja, a partir do momento em que os governadores portugueses decidiram impor um controlo político-administrativo (Cf. Durand, 2011).

⁷ Por “língua clerical” entende-se a língua da Igreja, uma vez que a missão era feita essencialmente em tétum, mas também em outras línguas autóctones como o baiqueno, o galóli ou o macassai, como o provam os catecismos existentes nestas línguas.

de língua de escolarização. Era a língua do poder central, mas também das elites política e religiosa.

Quando a 7 de dezembro de 1975, a Indonésia ocupa Timor-Leste, impôs de imediato

um processo de «destimorização» em diversos planos da vida da população, que, no âmbito comunicativo, [incluiu] uma nova forma linguística, traduzida na *imposição de uma variante do malaio*, a bahasa (ou língua) indonésia⁸, como língua do ensino e da administração, na minimização do uso do tétum e na proibição da expressão em língua portuguesa (Brito, 2010, p.184).

Foi este posicionamento indonésio que, anos volvidos, leva Mari Alkatiri⁹ (2008) a afirmar: “falar da língua portuguesa é, antes do mais, referir-se a uma língua outrora usada como um instrumento de colonização, para posteriormente se transformar numa arma de resistência.” Efetivamente, o português foi uma das línguas usadas pela guerrilha e implementada por esta junto das populações. No entanto, além do português e do malaio indonésio, outras línguas compartilham aquele espaço, tendo-se tornado algumas delas línguas maternas da atual população timorense. É o caso do “chinês” (*hakka*, mandarim e cantonês), uma variante do malaio, utilizada pelos muçulmanos e, já no pós Referendo (1999), o inglês, introduzido pela comunidade internacional. Recentemente, a população timorense tem contactado de perto com o espanhol, através, sobretudo, dos serviços de Saúde, devido à presença da cooperação cubana.

Em síntese, diremos que o Estado timorense resultou não só da junção de vários reinos ou “chefaturas”, dotados muitos deles de língua e cultura próprias, mas também de fortes influências externas (portuguesa, indonésia, chinesa, entre outras). Todos estes grupos contribuíram para a construção da atual República Democrática de Timor-Leste, como nação multilingue, que, na perspetiva do Conselho da Europa, significa, “coexistência de diferentes línguas numa dada sociedade” (2001, p. 23) e multicultural, no sentido proposto por Byram (2009):

⁸ O malaio indonésio é normalmente referido em Timor-Leste por “bahasa indonesia” ou “bahasa”.

⁹ Mari Alkatiri, ex-primeiro ministro timorense (2002-2006), membro fundador da FRETILIN.

Une société multiculturelle (...) n'est pas un patchwork où se juxtaposeraient des identités culturelles fixes mais un entrecroisement de réseaux et d'identifications à la fois situés, contestés, dynamiques et fluides, et qui sont étroitement liés à un contexte spécifique (p. 5).

O contexto multilingue de Timor-Leste é constituído, utilizando a terminologia de Cavalli et al. (2009), por um *multilinguismo endógeno* composto pelas línguas autóctones (línguas papuas e austronésicas), fazendo parte do seu património cultural e por um *multilinguismo exógeno* do qual consta o *bakka*, o mandarim e o cantonês, o português, o malaio indonésio, o inglês, o espanhol, entre outras, decorrente da abertura da sociedade à diversidade, isto é, à abertura de fronteiras e à mundialização, mas, também, na sequência e como consequência de processos histórico-políticos.

2. IDENTIDADE(S) TIMORENSES

Esta diversidade linguística e cultural, a que anteriormente aludimos, constitui, em parte, o repertório linguístico (plurilingue) de cada timorense. E é este repertório plurilingue que, no contexto no qual nos situamos, vai permitir a cada sujeito interagir em diferentes redes sociais, nas quais se reconhece e é reconhecido, construindo deste modo uma identidade plurilingue (e pluricultural), mas também identidades múltiplas, tendo em conta que, atualmente, a identidade é vista como multidimensional e construída através da negociação entre contextos (cf. Pavlenko & Blackledge, 2004). A identidade timorense pode ainda ser apreendida através do conceito de “crioulidade”, introduzido por Barnabé, Chamoiseau e Confiant (1989). Este conceito repousa na simbiose das ideias de “mistura” e de “criação”, que a raiz indo-europeia “-kr-” lhe atribui, associando-o, desta forma, ao de identidades múltiplas. Ora, a construção de uma identidade plurilingue, segundo Molinié (2008), baseia-se, sobretudo, na capacidade do falante consertar (desenvolvendo e articulando) competências sociolinguísticas plurais com o objetivo de comunicar, integrando, assim, o espaço das identidades múltiplas. Cada um destes constructos teóricos explica o modo como a língua se pode tornar num fator de interação social e/ou transnacional e, por vezes, de coesão social.

Os espaços dessas identidades crioulas, segundo Dahlet (2010), (des) constroem-se na autonomia da linguagem, dado que esta não é um espelho fiel da realidade. Adicionalmente, o autor explica que as línguas não aderem a uma identidade, seja ela singular ou coletiva, para configurar um decalque, relativamente semelhante, mas a língua constrói identidades, traduzidas de imediato em práticas identitárias, na passagem constante e descontínua da(s) língua(s) ao(s) discurso(s). E é comungando da sua perspectiva, que o citamos novamente, uma vez que “c’est au langage qu’il revient d’organiser le passage de la diversité au paradigme de la diversalité, par sa capacité à inscrire l’institution réciproque des identités dans le champs de la lisibilité et de la visibilité ”(2010, p. 38), entendendo por *diversalité*, “une façon usuelle d’établir le monde de nous, en reconnaissant l’altérité de l’autre et de tous les autres en soi, sans les constituer comme soi-même”(idem).

Fettes (2003), referido por García (2007), reconhece que as políticas linguísticas que funcionaram no séc. XX e que associavam língua e identidade já não resultam num mundo fortemente globalizado, onde se passou a relacionar língua e economia. Mais recentemente, Wolton (2010) vai mais longe ao afirmar que, com o movimento de Porto Alegre em 2000, se iniciou aquilo a que chama a “3.ª mundialização”. Depois da “mundialização” política e da “mundialização” económica, surge a cultural, entendida como o respeito pelas identidades e pela diversidade cultural, respondendo aos desejos dos povos que pretendem conservar as suas raízes e a sua identidade cultural. Esta nova mundialização, difícil de gerir, na perspectiva do autor, torna a diversidade cultural numa nova fronteira.

É assim, que as línguas vão assumindo um carácter ideológico de mestiçagem, aceitando diferenças para poder estabelecer uma continuidade linguística e cultural que permita garantir vantagens. Forjam-se, deste modo, identidades múltiplas e fluidas nos falantes. Acresce ainda que este repertório é composto por várias línguas ou por variedades da mesma língua, eventualmente, com diferentes graus de proficiência, apelando a diferentes tipos de competências. A utilização e o desenvolvimento das competências plurilingues adquiridas são possíveis, na medida em que se pode manter a influência de várias línguas no processo de aprendizagem ou na sua utilização em interação. A situação timorense recorda-nos novamente Dahlet (2010),

relativamente à originalidade destas identidades, que se compõem de “une infinité de détours linguistiques et culturels” (p. 36), como já referira Glissant (1981), e que se reflete nas seguintes características: “reflexivas” (porque “configurées et imaginées en dehors de toute transmission”), “parciais” (na medida em que são “relativisées par l’efflorescence de leur constante germination réciproque”) e “abertas” (porque são “preuves et effets d’une dynamique de contacts, inhérente à leur constitution, et qui implique nécessairement la pertinence de l’autre dans la réélaboration”) (ibidem), daí que sejam consideradas “híbridas” por não serem nem transparentes, nem intermutáveis.

De qualquer modo, é este “horizon de compréhension des constellations langagières et identitaires, tissées et détissées au fil de l’histoire” que Glissant (1981) denominou *irruption*, que permite criar novos sujeitos que não estão vinculados a um único património linguístico e cultural, como é o caso dos timorenses.

3. LÍNGUAS E FUNÇÕES

Devido ao elevado número de línguas vernáculas existentes no território de que nos ocupamos, Thomaz (1998) considera o português como “o cimento aglutinador da identidade cultural entre os povos de Timor oriental” (p. 648), perspectiva que tem sido reforçada em várias resoluções do Parlamento Nacional deste país e também por vários dirigentes políticos timorenses, em declarações públicas. Alkatiri (2008), por exemplo, reitera esse sentimento, ao afirmar: “Com a chegada dos primeiros portugueses a Timor iniciámos um novo processo de aculturação que, durante séculos, acabou por definir o nosso sentido de pertença histórico-cultural, traçando assim a nossa identidade nacional”. Efetivamente, a sociedade timorense atribui ao tétum e às restantes línguas autóctones, mas também ao português, uma função identitária e de coesão social (Soares, 2014).

Hull e Eccles (2005), por seu turno, consideram que, devido à colonização portuguesa, “as línguas de Timor-Leste foram parcialmente assimiladas a uma língua europeia, podendo ser descritas, num sentido literal, como «europeóides»” (p. xv). Do seu ponto de vista, esta europeização reflete a “natureza híbrida da civilização dos

timorenses de leste, uma síntese de elementos indígenas e latinos” (ibidem).

Ramos Horta, por sua vez, num texto intitulado *Timor-Leste: tétum, português, língua indonésia ou inglês?*, em que responde a um polémico artigo, sobre a opção pelo português como língua cooficial naquele território, do singapurense Savage, escreveu no jornal *Público*:

A liderança e o povo timorenses, embora ilhéus, têm uma mentalidade voltada para o exterior, aberta a influências culturais, aprendendo e absorvendo o bom (e o mau) que vemos, ouvimos e lemos sobre o mundo. Estamos entre os povos mais políglotas do mundo. Uma grande percentagem entre nós usa três a cinco idiomas – uma língua local materna, tétum, indonésio, português e inglês (2012/04/21).

A construção destas identidades plurilingues desencadeia, frequentemente, conflitos e tensões pessoais, na medida em que se transformam muitas vezes numa forma de renúncia e de corte com as próprias raízes (Dahlet, 2008), tendo implicações políticas, éticas e sociais. Também a mundialização e a globalização colocam novos desafios do ponto de vista da coesão social e da integração, na medida em visam unificar aquilo que era múltiplo. O autor, posicionando-se contra uma visão idílica do plurilinguismo, chama a atenção para o seu aspeto potencialmente conflituoso:

“la conviction que le plurilinguisme peut être un facteur de paix et d’unité de développement, ne doit pas dispenser d’explorer les ruptures associées à sa conquête et les décompositions, voire, les destructions que peut masquer sa glorification même” (idem, p. 31).

opondo-se deste modo à visão do plurilinguismo, sedutor e consensual que nos é apresentado pelo Conselho da Europa.

Ora, foi precisamente a história e a memória coletiva constituída, cuja importância para a construção de uma identidade nacional é de todos conhecida, que, reforçada em Timor-Leste pelos acontecimentos vividos entre 1974-1999, projetaram o português e o tétum para línguas oficiais, ainda que com diferentes funções.

Nesse sentido, diremos que o tétum, enquanto língua vernácula, está associado ao mundo tradicional, étnico, aos saberes e ao saber-fazer herdados do passado. Já o português surge ligado aos sectores

da vida nacional, ligados às realidades ocidentais e mundiais (ensino, órgãos de soberania e administração pública, entre outras). Enfim, é ao português, ao tétum e às restantes línguas autóctones que cabe fazer, em grande parte, a síntese entre a tradição e a modernidade.

Podemos ainda acrescentar, retomando Soares (2014), que os timorenses reconhecem uma função sagrada/religiosa a estas línguas, ainda que o português esteja associado à Igreja Católica, enquanto o tétum faz a ponte entre esta e as restantes línguas autóctones, ligadas ao animismo, crença religiosa partilhada pela maioria da população. Importa, no entanto, referir que outras línguas (variante malaia, árabe e “chinês”) estão associadas a outros credos minoritários de Timor-Leste. Já como línguas de unidade nacional, a sociedade timorense identifica apenas o português e o tétum.

Alkatiri (2008) fundamenta na sua intervenção, proferida no II Congresso da Educação em Timor-Leste, o carácter identitário das línguas oficiais e nacionais:

As sucessivas relações de Timor-Leste com o mundo abriram-nos o caminho para opções estratégicas claras no domínio da língua. E elas foram feitas. O tétum e o português para marcar a nossa diferença identitária (juntamente e na inter-acção com outras línguas nacionais) e a bahasa indonésia e o inglês como línguas de trabalho para o aprofundamento do relacionamento com [a] região e o mundo global.

Assim como a sua importância geoestratégica:

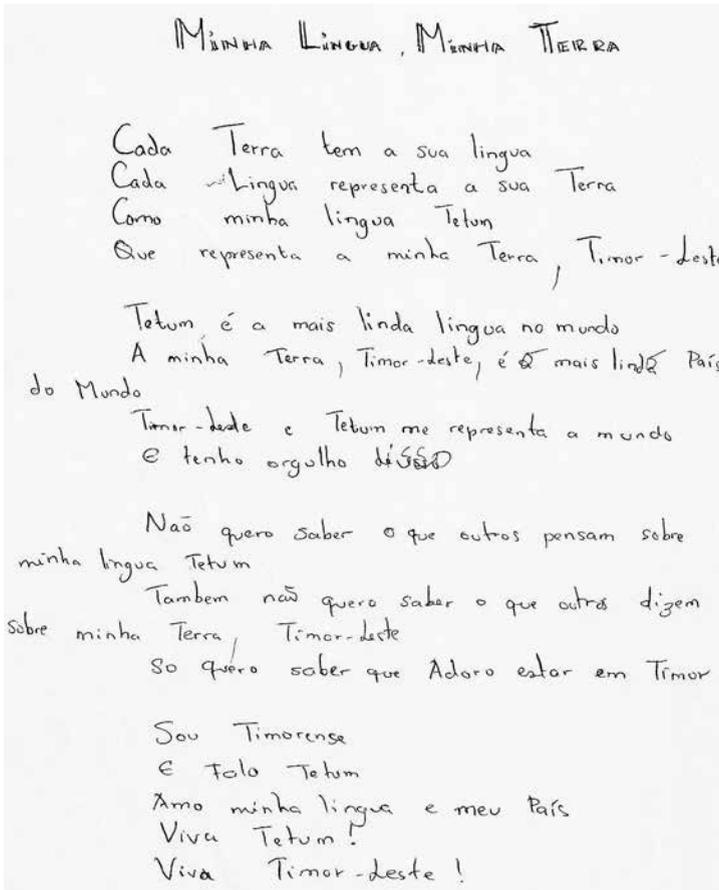
Sendo um país pequeno entre dois gigantes regionais sabemos quão importante é esta necessidade de ser diferente para ser independente. Queremos ser diferentes porque sem dúvida foi defendendo essa diferença que nos fez independente. Ser diferente, mas ao mesmo tempo encontrar pontes para nos comunicarmos com os outros. (...) Por isso, a opção bilingue (tétum e português) é (...) uma opção que visa defender a independência nacional (...).

As línguas exógenas, como o inglês, o português e o malaio indonésio, desempenham uma função estratégica, enquanto às duas últimas assumem também a função de línguas de poder por estarem associadas a períodos de colonização e de ocupação do território.

Podemos, pois, constatar que o português é a única língua exógena que partilha as mesmas funções das línguas autóctones (coesão social, identitária, sagrada e de unidade nacional). Timor-Leste, possuindo várias línguas, vários credos e várias culturas, constitui-se como

uma sociedade plural, onde os sujeitos desenvolvem, co-constroem, negociam e reconstróem identidades múltiplas.

Apenas para ilustrar o que acabamos de afirmar vejamos, como estas identidades compósitas e plurilingues se manifestam. Este exemplo, apresentado por Soares (2014, p. 357), reproduz um poema de um concorrente ao Concurso *Ha'u nia Lian, Ha'u nia Rai*, realizado em 2010, cujo objetivo era suscitar o desejo de (re)produzir textos nas diferentes línguas autóctones de Timor-Leste. O documento, escrito em português, refere-se a Timor-Leste da seguinte forma:



MINHA LINGUA, MINHA TERRA

Cada Terra tem a sua língua
Cada Língua representa a sua Terra
Como minha língua Tetun
Que representa a minha Terra, Timor-Leste

Tetun é a mais linda língua no mundo
A minha Terra, Timor-Leste, é o mais lindo País
do Mundo
Timor-Leste e Tetun me representa a mundo
e tenho orgulho de ~~ser~~

Não quero saber o que outros pensam sobre
minha língua Tetun
Também não quero saber o que outros dizem
sobre minha Terra, Timor-Leste
So quero saber que Adoro estar em Timor

Sou Timorense
E falo Tetun
Amo minha língua e meu País
Viva Tetun!
Viva Timor-Leste!

Fig. 4. Poema “Minha língua, minha terra”

4. CONCLUSÃO

Conforme vimos, a diversidade linguística timorense reflete-se nos sujeitos, através da construção de identidade(s) plurilingue(s), através da aquisição de competências plurilingues ou “translinguísticas” e através da diversidade de olhares sobre o mundo.

Essas construções identitárias plurilingues, sentidas como inerentes à condição de timorense, provoca identidades múltiplas ou híbridas como é o caso da autora do poema e contempla, além dos aspetos histórico-políticos, já referidos, aspetos afetivos, como pudemos constatar no excerto de Ramos Horta, encarando, neste caso, a sua pertença a um mundo plurilingue de modo muito positivo, mas nem sempre valorizada pelos seus conterrâneos que, frequentemente, percebem de forma negativa as línguas autóctones. Em Timor-Leste, é-se plurilingue por impregnação linguística, por se viver em contextos onde várias línguas circulam, porque a família o exige, porque as condições de vida assim o impuseram. No entanto, há ainda fatores culturais, como é o caso da televisão, considerado como o principal meio de difusão do malaio indonésio, sobretudo, junto das crianças, que o aprendem como uma “língua ambiental”, adquirida de modo não formal. Finalmente, a necessidade de interagir socialmente pode levar à (re)construção da identidade plurilingue.

Construir e manter uma identidade plurilingue resulta, pois, de um movimento de reconhecimento/apropriação pelo sujeito e pela sociedade de diversos desafios do plurilinguismo ou, se quisermos, aproveitemos este excerto de Mia Couto (2009) da sua obra *E se Obama fosse africano?* que, remetendo para o contexto multilingue africano, sintetiza o timorense, evidenciando as suas potencialidades:

O sociólogo indiano André Béteille escreveu: «Conhecer uma língua nos torna humanos; sentirmo-nos à vontade em mais do que uma língua nos torna civilizados». Se isto é verdade, os africanos – secularmente apontados como não civilizados – poderão estar mais disponíveis para a modernidade do que eles próprios pensam. Grande parte dos africanos dominam mais do que uma língua africana e, além disso, falam uma língua europeia. Aquilo que é geralmente tido como problemático pode ser, afinal, uma potencialidade para o futuro. Porque a nossa habilidade de políglotas nos pode conferir, a nós africanos, um passaporte para algo que hoje se torna perigosamente raro: a viagem entre identidades diversas e a possibilidade de visitar a identidade dos outros” (pp. 25-26)

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, D. B. (2009). Pré-história, história e contatos linguísticos em Timor-Leste. In *Domínios de Lingu@gem* 6.2, (pp. 75-93).
- ALKATIRI, Mari. (2008). *A identidade do povo de Timor-Leste e a Língua Portuguesa*. Intervenção proferida no II Congresso da Educação de Timor-Leste, que decorreu nos dias 9 e 10 de dezembro de 2008 (documento policopiado).
- BARNABÉ, J., CHAMOISEAU, P. & CONFIANT, R. (1989). *Eloge de la créolité*. Paris, Gallimard.
- CE [Conselho da Europa]. (2001). *Quadro europeu comum de referência para as línguas – aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto. Edições Asa.
- DAHLET, P. (2008). Les identités plurilingues: enjeux globaux et partages singuliers. In P. Martinez, D. Moore e V. Spaeth (coord.) *Plurilinguismes et enseignement: identités en construction*. Paris: Riveneuve. (pp. 23-45).
- DAHLET, P. (2010). Déterritorialiser les identités: créolisation, créolité et plurilinguisme. *Synérgies Brésil, numéro spécial 1*, (pp. 31-40). São Paulo: Editora Humanitas.
- DURAND, Fr. (2011). *Timor-Leste, Premier État du 3ème millénaire*. Paris, Éditions Belin.
- DURAND, Fr. (2010). *História de Timor-Leste – da Pré-História à Actualidade /Istoria Timor-Leste Nian, busi Pre-Istória to'o Atualidade*. Lisboa, Lidel.
- HULL, G. (2000). Current language issues in East Timor. In S. A. Silva (org.), *Project for the Protection and Promotion of East Timorese Languages*. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20080117084543/http://www.asianlang.mq.edu.au/INL/speech1.html> (consultado a 12 de fevereiro de 2012).
- HULL, G. (2002). *The Languages of East Timor – Some Basic Facts*. Díli: Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e. Disponível em: http://www.portphillip.vic.gov.au/default/CommunityGovernanceDocuments/The_Languages_of_East_Timor_Some_Basic_Facts.pdf (consultado a 15 de fevereiro de 2012).
- HULL, G., & ECCLES, L. (2005). *Gramática da Língua Tétum* (trad. do inglês por Idalina Morgado). Lisboa: Lidel.
- GARCÍA, O. (2007). Lenguas e identidades en mundos hispanohablantes. Desde una posición plurilingüe y minoritaria. In M. Lacorte (ed.), *Lingüística aplicada del español*. (pp. 377-400). Madrid: Arco.
- GLISSANT, E. (1981). *Le discours antillais*. Paris, Seuil.
- LOUREIRO, R. M. (2001). Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII. *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 14, (pp. 93-104). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MOLINIÉ, M. (2008). Variations identitaires et réflexivité en contexte plurilingue. In P. Martinez, D. Moore & V. Spaeth (coord.), *Plurilinguismes et enseignement: identités en construction* (pp. 47-60). Paris: Riveneuve.

- RAMOS HORTA, J. (2012). Timor-Leste, tétum, português, língua indonésia ou inglês? *Público, Caderno Opinião*, 22 de abril de 2012. Disponível em: <http://umalulik.blogspot.pt/2012/04/debate-timor-leste-tetum-portugues.html> (consultado a 23 de março de 2012).
- SOARES, L. Vidal. (2014). *Línguas em Timor-Leste: que gestão escolar do plurilinguismo?* Tese de doutoramento em Didática e Formação, apresentada na Universidade de Aveiro, no Departamento de Educação. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/riarepositorio/posts/693247927378624>
- THOMAZ, L.F. (2008). *País dos Belos, achegas para a compreensão de Timor-Leste*. Macau, Instituto Português do Oriente, Fundação Oriente.
- THOMAZ, L. F. (2002). *Babel Lorosa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*. Coleção Cadernos Camões. Lisboa: Instituto Camões.
- THOMAZ, L. F. (1998). *De Ceuta a Timor* (2ª edição). Lisboa: Difel.
- Universidade de Arquitetura, Universidade Técnica, & Gertil. (2002). *Atlas de Timor-Leste*. Lisboa: Lidel.
- WOLTON, D. (2010). Mondialisation, diversité culturelle et démocratie. *Synérgies Brésil, numéro spécial 1*, (pp.13-20). São Paulo: Editora Humanitas.